

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Cotistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. (Bradesco Consórcios), e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A Bradesco Consórcios tem a missão de administrar grupos de consórcios de clientes, correntistas ou não do Banco Bradesco S.A., com transparência e excelência no atendimento, norteadas pelos princípios da Organização Bradesco. Atualmente possui 3.457 grupos de consórcios em andamento, com 1.410.736 cotas ativas e 1.406.678 bens entregues.

Em 28 de abril de 2017, foi firmado Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação entre a Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

(Sociedade Incorporadora) e Kirton Administradora de Consórcio Ltda. (Sociedade Incorporada).

No exercício a Bradesco Consórcios registrou Lucro Líquido de R\$ 1.272.685 mil, correspondente a R\$ 424,86 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 5.538.542 mil, Ativos Totais de R\$ 6.421.127 mil e Receita Bruta de Prestação de Serviços de R\$ 1.736.809 mil, com crescimento 27,6% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Agradecemos aos nossos clientes a confiança e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Osasco, SP, 31 de janeiro de 2018.

Diretoria

| BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil | | | |
|---|------------------|------------------|--------------------------------------|
| | 2017 | 2016 | |
| ATIVO | | | PASSIVO |
| CIRCULANTE | 5.283.789 | 3.716.397 | CIRCULANTE |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6) | 5.227.227 | 3.647.414 | OUTRAS OBRIGAÇÕES |
| Carteira Própria | 5.227.227 | 3.647.414 | Sociais e Estatutárias |
| OUTROS CRÉDITOS (Nota 7) | 56.536 | 68.975 | Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a) |
| Receitas a Receber | 23 | 23 | Diversas (Nota 12b) |
| Créditos Específicos | 26.640 | 10.828 | |
| Diversos | 29.873 | 58.147 | EXIGÍVEL A LONGO PRAZO |
| OUTROS VALORES E BENS | 26 | 8 | OUTRAS OBRIGAÇÕES |
| Despesas Antecipadas | 26 | 8 | Diversas (Nota 12b) |
| REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 1.110.835 | 1.000.166 | |
| TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6) | 1.095.344 | 990.745 | |
| Carteira Própria | 1.095.344 | 990.745 | |
| OUTROS CRÉDITOS (Nota 7) | 15.491 | 9.420 | |
| Diversos | 15.491 | 9.420 | |
| OUTROS VALORES E BENS | - | 1 | |
| Despesas Antecipadas | - | 1 | |
| PERMANENTE | 26.503 | 33.398 | PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13) |
| INVESTIMENTOS (Nota 8) | 1 | 1 | Capital: |
| Outros Investimentos | 312 | 312 | - De Domiciliados no País |
| Provisões para Perdas | (311) | (311) | Reservas de Lucros |
| IMOBILIZADO DE USO (Nota 9) | 933 | 426 | Ajustes de Avaliação Patrimonial |
| Outras Imobilizações de Uso | 3.089 | 3.307 | |
| Depreciações Acumuladas | (2.156) | (2.881) | |
| INTANGÍVEL (Nota 10) | 25.569 | 32.971 | |
| Ativos Intangíveis | 66.418 | 62.568 | |
| Amortização Acumulada | (40.849) | (29.597) | |
| TOTAL | 6.421.127 | 4.749.961 | TOTAL |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Em Reais mil | | | |
|--|------------------|-------------------------------------|------------------|
| | 2º Semestre 2017 | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
| | | 2017 | 2016 |
| RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 218.910 | 486.168 | 496.602 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6c) | 218.910 | 486.168 | 496.602 |
| RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA | 218.910 | 486.168 | 496.602 |
| OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS | 710.666 | 1.392.571 | 1.024.456 |
| Receitas de Prestação de Serviços (Nota 14) | 888.819 | 1.736.809 | 1.360.775 |
| Despesas de Pessoal (Nota 15) | (18.029) | (33.389) | (26.056) |
| Outras Despesas Administrativas (Nota 16) | (38.142) | (64.248) | (52.205) |
| Despesas Tributárias (Nota 17) | (111.799) | (222.154) | (178.832) |
| Outras Receitas Operacionais (Nota 18) | 38.086 | 69.858 | 49.541 |
| Outras Despesas Operacionais (Nota 19) | (48.269) | (94.305) | (128.767) |
| RESULTADO OPERACIONAL | 929.576 | 1.878.739 | 1.521.058 |
| RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20) | 13.547 | 28.542 | 26.698 |
| RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO | 943.123 | 1.907.281 | 1.547.756 |
| IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 24a e b) | (310.759) | (634.596) | (516.150) |
| Provisão para Imposto de Renda | (225.898) | (462.205) | (375.628) |
| Provisão para Contribuição Social | (87.088) | (174.752) | (141.513) |
| Ativo Fiscal Diferido | 2.227 | 2.361 | 991 |
| LUCRO LÍQUIDO | 632.364 | 1.272.685 | 1.031.606 |
| Número de cotas (Nota 13a e b) | 2.995.573.884 | 2.995.573.884 | 1.470.000.000 |
| Lucro por lote de mil cotas em R\$ | 211,10 | 424,86 | 701,77 |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais mil | | | |
|---|------------------|-------------------------------------|------------------|
| | 2º Semestre 2017 | Exercícios findos em 31 de dezembro | |
| | | 2017 | 2016 |
| Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais: | | | |
| Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social | 943.123 | 1.907.281 | 1.547.756 |
| Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos | 6.753 | 14.821 | 12.943 |
| Depreciações e Amortizações | 5.770 | 11.383 | 11.661 |
| Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais | 983 | 3.438 | 1.682 |
| Provisão para Desvalorização de Investimentos | - | - | 200 |
| Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos | 949.876 | 1.922.102 | 1.560.699 |
| (Aumento)/Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | - | - | 890.350 |
| (Aumento)/Redução em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros | | | |
| Derivativos | (758.882) | (1.385.858) | (1.973.601) |
| (Aumento)/Redução em Outros Créditos e Outros Valores e Bens | 22.228 | 17.375 | 1.846 |
| Aumento/(Redução) em Outras Obrigações | (1.434) | 57.648 | (253) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos | (155.059) | (493.260) | (443.210) |
| Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais | 56.729 | 118.007 | 35.831 |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos: | | | |
| Aquisição de Imobilizado de Uso | (316) | (524) | (216) |
| Alienação de Imobilizado de Uso | 7 | 10 | 1 |
| Aquisição de Intangível | (1.360) | (3.849) | (5.616) |
| (Aumento)/Redução em Títulos Disponíveis para Venda | (44.538) | (103.122) | - |
| Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Investimentos | (46.207) | (107.485) | (5.831) |
| Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento: | | | |
| Dividendos Pagos | (10.522) | (10.522) | (30.000) |
| Caixa Líquido (Utilizado) nas Atividades de Financiamento | (10.522) | (10,522) | (30,000) |
| Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa | - | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período | - | - | - |
| Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período | - | - | - |
| Aumento/(Redução) Líquida, de Caixa e Equivalentes de Caixa | - | - | - |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| | 2017 | 2016 | |
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 16.101.702 | 13.175.743 | |
| APLICAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 21) | 6.917.006 | 5.821.482 | |
| Aplicações Financeiras | 1.080.289 | 1.057.339 | |
| Aplicações Financeiras Vinculadas a Contemplações | 5.836.717 | 4.764.143 | |
| OUTROS CRÉDITOS | 9.184.696 | 7.354.261 | |
| Direitos Junto a Consorciados Contemplados | 9.153.548 | 7.335.755 | |
| Normais | 8.905.060 | 7.135.959 | |
| Em Atraso | 48.865 | 42.220 | |
| Em Cobrança Judicial | 199.623 | 157.576 | |
| Bens Retomados | 31.148 | 18.506 | |
| COMPENSAÇÃO | 58.221.330 | 50.588.425 | |
| Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados | 633.191 | 537.663 | |
| Contribuições Devidas ao Grupo | 30.776.291 | 26.497.404 | |
| Valor dos Bens a Contemplar | 26.811.848 | 23.553.358 | |
| TOTAL | 74.323.032 | 63.764.168 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

| DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS - Em Reais mil | | | |
|--|-------------------|-------------------|--|
| | 2017 | 2016 | |
| ATIVO | | | |
| CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO | 16.101.702 | 13.175.743 | |
| OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS - Grupos em Andamento e Formação (Nota 21) | 5.848.238 | 4.982.171 | |
| Valores a Repassar | 122.305 | 81.087 | |
| Obrigações por Contemplações a Entregar | 5.836.717 | 4.764.143 | |
| Recursos a Devolver a Consorciados | 3.002.693 | 2.284.998 | |
| Recursos dos Grupos | 1.291.749 | 1.063.344 | |
| COMPENSAÇÃO | 58.221.330 | 50.588.425 | |
| Recursos Mensais a Receber de Consorciados | 633.191 | 537.663 | |
| Obrigações do Grupo por Contribuições | 30.776.291 | 26.497.404 | |
| Obrigações por Futuras Contemplações | 26.811.848 | 23.553.358 | |
| TOTAL | 74.323.032 | 63.764.168 | |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Bradesco Consórcios" ou "Instituição"), é uma Instituição que tem por objeto a organização e administração de consórcios que se destinem à aquisição de bens imóveis e móveis duráveis, novos e usados, de fabricação nacional e estrangeira, a grupos de consórcios próprios ou de terceiros, isto é, de funcionários da própria Sociedade, de outros grupos empresariais ou de participantes do público em geral. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade que lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA E DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO
As demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.838/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), quando aplicável. Incluem, estimativas e premissas, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

Em 28 de abril de 2017, foi firmado Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação da Kirton Administradora de Consórcio Ltda., pela Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., mediante versão de parcela do Patrimônio Líquido da Kirton Consórcio para a Bradesco Consórcios, utilizando como base Balanços Patrimoniais específicos levantados em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrativo abaixo:

| | Ativo | Passivo |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| Disponibilidades | - | - |
| Títulos e Valores Mobiliários | 193.955 | - |
| Outros Créditos | 8.662 | - |
| Permanente | 125 | - |
| Outras Obrigações | - | 57.368 |
| Patrimônio Líquido | - | 145.374 |
| Total | 202.742 | 202.742 |

Em função da incorporação a Bradesco Administradora de Consórcios Ltda., assumiu a administração de 134 grupos de consórcios da Kirton Administradora de Consórcio Ltda., no valor de R\$ 830.082 mil.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis da Bradesco Consórcios evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis descritas acima foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 31 de janeiro de 2018.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Moeda funcional e de apresentação
As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado
O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A receita com taxa de administração é reconhecida mensalmente em função dos recebimentos das contribuições pagas pelos grupos formados, e a despesa de comissão sobre venda de cotas de consórcio, cujo pagamento se dá em parcela única, é reconhecida quando da inclusão dos consorciados nos grupos.

c) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez
As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários
• Títulos para negociação - são aqueles que são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
• Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
• Títulos mantidos até o vencimento - são aqueles que são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. A Instituição não possui títulos classificados nesta categoria no período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

As aplicações em cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota disponibilizada pelo administrador do fundo, Banco Bradesco S.A. (gestão da BRAM - Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários), para a data-base.

f) Ativos circulante e realizável a longo prazo
São demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia).

| DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil | | | | | | |
|---|------------------|--------------------|------------------|-----------------------------|------------------------|------------------|
| Eventos | Capital Social | Reservas de Lucros | | Ajuste de Avaliação Própria | Patrimonial Acumulados | Lucros Totais |
| | | Legal | Estatutária | | | |
| Saldo em 30.6.2017 | 1.985.374 | 179.332 | 2.187.075 | 474 | - | 4.352.255 |
| Aumento de Capital com Dividendos Exercício 2016 (Nota 13b) | 560.200 | - | - | - | - | 560.200 |
| Aumento de Capital com Reservas (Nota 13b) | 450.000 | - | (450.000) | - | - | - |
| Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda | - | - | - | (270) | - | (270) |
| Lucro Líquido | - | - | - | - | 632.364 | 632.364 |
| Destinações: - Reservas | - | 31.619 | 594.738 | - | (626.357) | - |
| - Dividendos Propostos | - | - | - | - | (6.007) | (6.007) |
| Saldo em 31.12.2017 | 2.995.574 | 210.951 | 2.331.813 | 204 | - | 5.538.542 |
| Saldo em 31.12.2015 | 1.300.000 | 95.736 | 1.737.014 | - | - | 3.132.750 |
| Aumento de Capital com Reservas | 170.000 | - | (170.000) | - | - | - |
| Complemento de Dividendos Exercício 2015 | - | - | (392.187) | - | - | (392.187) |
| Ajuste ao Valor de Mercado - Títulos Disponíveis para Venda | - | - | - | (770) | - | (770) |
| Lucro Líquido | - | - | - | - | 1.031.606 | 1.031.606 |
| Destinações: - Reservas | - | 51.580 | 970.226 | - | (1.021.806) | - |
| - Dividendos Propostos | - | - | - | - | (9.800) | (9.800) |
| Saldo em 31.12.2016 | 1.470.000 | 147.316 | 2.145.053 | (770) | - | 3.761.599 |
| Aumento de Capital com Dividendos de Exercícios Anteriores (Nota 13b) | 930.200 | - | - | - | - | 930.200 |
| Aumento de Capital por Incorporação (Nota 2) | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

IV - Recursos a devolver a consorciados

Referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

V - Recursos dos grupos

Referem-se aos recursos a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, pelos valores de fundo de reserva, remunerações de aplicações financeiras, multas e juros moratórios retidos pelo grupo, atualização da variação do preço do bem e valores de prestações não recebidas dos consorciados após esgotados os procedimentos de cobrança.

Contas de Compensação

I - Previsão Mensal de recursos a receber de consorciados e recursos mensais a receber de consorciados

Demonstram a previsão de contribuições a receber (fundo comum e fundo de reserva) de consorciados para o mês subsequente ao mês base das demonstrações contábeis. O montante foi calculado considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

II - Contribuições devidas ao grupo e obrigações do grupo por contribuições

Referem-se aos valores totais das contribuições (fundo comum e fundo de reserva) devidas pelos consorciados ativos (grupos em andamento) até o final do grupo, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

III - Valor dos Bens a Contemplar e obrigações por futuras contemplações

Correspondem ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, considerando o valor dos bens objeto das operações de consórcio em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Instituição não apresentava saldo em disponibilidade e outras contas que seriam consideradas equivalentes de caixa.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Classificação da carteira distribuída pelas rubricas de publicação

| | 2017 | 2016 |
|---|------------------|------------------|
| Carteira própria | | |
| - Letras financeiras..... | 1.095.344 | 990.745 |
| - Cotas de fundos de investimentos..... | 5.227.227 | 3.647.414 |
| Total | 6.322.571 | 4.638.159 |

b) Classificação por categorias e prazos

| | 2017 | | | | 2016 | | | |
|---|------------------|----------------|----------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------|--------------------|--------------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Valor de mercado/contábil (2) | Valor de custo atualizado | Marcação a mercado | Marcação a mercado |
| Títulos (1) | | | | | | | | |
| Títulos para negociação (3) | 1.720.243 | 387.926 | 185.850 | 2.933.208 | 5.227.227 | 5.227.227 | - | 3.647.414 |
| Letras financeiras do tesouro..... | - | 380.722 | 184.590 | 2.695.866 | 3.261.178 | 3.261.178 | - | 1.324.745 |
| Debêntures..... | - | 2.015 | - | 8.816 | 10.831 | 10.831 | - | 53.928 |
| Letras do tesouro nacional..... | 215.517 | - | 252 | 35.617 | 251.386 | 251.386 | - | 15.724 |
| Notas do tesouro nacional..... | 1.502.711 | - | - | 11.033 | 1.513.744 | 1.513.744 | - | 1.969.467 |
| Letras financeiras..... | 151 | 5.189 | 1.008 | 181.876 | 188.224 | 188.224 | - | 281.277 |
| Outras..... | 1.864 | - | - | 1.864 | 1.864 | 1.864 | - | 2.273 |
| Títulos disponíveis para venda (4) | | | | | | | | |
| Letras financeiras..... | - | - | - | 1.095.344 | 1.095.344 | 1.095.035 | 309 | 990.745 (1.167) |
| Letras financeiras..... | - | - | - | 1.095.344 | 1.095.035 | 1.095.035 | 309 | 990.745 (1.167) |
| Total em 2017 | 1.720.243 | 387.926 | 185.850 | 4.028.552 | 6.322.571 | 6.322.262 | 309 | 4.638.159 (1.167) |
| Total em 2016 | 1.864.734 | 133.009 | 226.868 | 2.413.548 | | | | 4.638.159 (1.167) |

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos e na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. No encerramento do exercício a Bradesco Consórcios possuía R\$ 5.227.227 mil (31 de dezembro de 2016 - R\$ 3.647.414 mil), aplicados em fundos administrados pela Organização Bradesco;

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários que compõem a carteira dos fundos investidos é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(3) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados como "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante; e

(4) Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foram realizadas perdas por impairment para o balanço para os títulos classificados na categoria de disponíveis para venda.

c) Resultado de títulos e valores mobiliários

| | Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | |
|--|---|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Rendas de aplicações em operações compromissadas: | | |
| Posição bancada..... | - | 69.071 |
| Subtotal | | 69.071 |
| Rendas de Títulos de Renda Fixa..... | 103.122 | 128.822 |
| Rendas de Aplicações em Fundos de Investimentos..... | 383.046 | 298.709 |
| Total | 486.168 | 496.602 |

d) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Bradesco Consórcios não operou com instrumentos financeiros derivativos.

7) OUTROS CRÉDITOS - ESPECÍFICOS E DIVERSOS

| | 2017 | 2016 |
|--|---------------|---------------|
| Valores pendentes - Cobrança Judicial..... | 24.483 | 9.688 |
| Pagamentos a serem ressarcidos pelos grupos (1)..... | 22.035 | 54.702 |
| Devedores por depósitos em garantia..... | 15.004 | 8.992 |
| Créditos tributários (Nota 24c)..... | 7.936 | 3.652 |
| Bens retomados após encerramento do grupo..... | 2.157 | 1.141 |
| Impostos e contribuições a compensar..... | 81 | - |
| Outros..... | 308 | 220 |
| Total | 72.004 | 78.395 |

(1) Referem-se basicamente a custas pagas ao escritório de cobrança.

8) INVESTIMENTOS

| | 2017 | 2016 |
|--|------------|------------|
| - Certificadas de investimentos - CI..... | 12 | 12 |
| - Investimentos audiovisuais..... | 300 | 300 |
| Subtotal | 312 | 312 |
| - Provisões para incentivos fiscais..... | (311) | (311) |
| Total geral dos investimentos | 1 | 1 |

9) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil-econômica dos bens.

| | Taxa anual | Custo | Depreciação | Custo líquido de depreciação | |
|--|------------|--------------|----------------|------------------------------|------------|
| | | | | 2017 | 2016 |
| Imóveis de uso: | | | | | |
| Instalações, móveis e equipamentos de uso..... | 10% | 1.484 | (711) | 773 | 236 |
| Sistemas de segurança..... | 10% | 18 | (16) | 2 | 2 |
| Sistemas de processamento de dados..... | 20% | 1.587 | (1.429) | 158 | 188 |
| Total em 2017 | | 3.089 | (2.156) | 933 | |
| Total em 2016 | | 3.307 | (2.881) | | 426 |

10) INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos possuem vida útil definida e são compostos por software.

| | Taxa anual | Custo | Amortização | Custo líquido de Amortização | |
|----------------------------|------------|---------------|-----------------|------------------------------|---------------|
| | | | | 2017 | 2016 |
| Software | 20% | 66.418 | (40.849) | 25.569 | 32.971 |
| Total em 2017 | | 66.418 | (40.849) | 25.569 | 32.971 |
| Total em 2016 | | 62.568 | (29.597) | | 32.971 |

11) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, civil e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial, o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos civis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

| | R\$ mil | | |
|--|--------------|--------------|-------------|
| | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais (1) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2016 | 266 | 3.760 | 41 |
| Atualização monetária..... | 78 | 531 | 2 |
| Constituições líquidas de reversões e baixas..... | 290 | 260 | - |
| Incorporação Kirton Consórcio (Nota 2)..... | 343 | 499 | - |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017(Nota 12b) | 977 | 5.050 | 43 |

(1) Compreende, substancialmente, obrigações legais.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais da Bradesco Consórcios são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de montante relevante.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

| | 2017 | 2016 |
|--|----------------|----------------|
| Impostos e contribuições sobre lucros a pagar..... | 287.513 | 181.941 |
| Impostos e contribuições a recolher..... | 19.141 | 17.470 |
| Provisões impostos e contribuições diferidos..... | 105 | - |
| Total | 306.759 | 199.411 |

b) Diversas

| | R\$ mil | |
|--|----------------|----------------|
| | 2017 | 2016 |
| Valores a ressarcir a consorciados de grupos encerrados..... | 504.363 | 374.197 |
| Recursos pendentes cobrança judicial..... | 26.640 | 10.828 |
| Provisões despesas administrativas..... | 15.527 | 9.356 |
| Provisões para contingências cíveis (Nota 11b)..... | 5.050 | 3.760 |
| Recursos pendentes de identificação..... | 4.630 | 3.831 |
| Provisões despesas de pessoal..... | 3.093 | 3.306 |
| Outras provisões..... | 1.548 | - |
| Provisão para pagamento a efetuar..... | 1.046 | - |
| Provisões para contingências trabalhistas (Nota 11b)..... | 977 | 266 |
| Provisões para contingências fiscais (Nota 11b) (1)..... | 43 | 41 |
| Outras..... | 763 | 2.520 |
| Total | 563.736 | 409.151 |

(1) Conforme Carta - Circular nº 3.782/16 do Bacen, a rubrica "Provisões para Riscos Fiscais" foi reclassificada de "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" para "Outras Obrigações - Diversas".

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 2.995.574 mil (2016 - R\$ 1.470.000 mil) totalmente integralizado, está dividido em 2.995.573.884 (2016 - 1.470.000.000) cotas ao valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

b) Movimentação do capital social

| | R\$ mil | |
|---|----------------------|------------------|
| | Quantidade de cotas | R\$ mil |
| Em 31 de dezembro de 2016..... | 1.470.000.000 | 1.470.000 |
| Aumento de capital (incorporação da Kirton) (Nota 2)..... | 145.373.884 | 145.374 |
| Aumento de capital (1) (2)..... | 1.380.200.000 | 1.380.200 |
| Em 31 de dezembro de 2017 | 2.995.573.884 | 2.995.574 |

(1) Em 30 de abril de 2017 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, homologado pelo BACEN em 5 de julho de 2017, deliberou o aumento do capital social em R\$ 370.000 mil, oriundos dos dividendos declarados no Instrumento de Alteração do Contrato Social de 29 de abril de 2016; e

(2) Em 15 de dezembro de 2017 o Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social, homologado pelo BACEN em 29 de janeiro de 2018, deliberou o aumento do capital social em R\$ 1.010.200 mil, sendo R\$ 450.000 mil mediante a capitalização de parte do saldo da Reserva de Lucros-Estatutária, e R\$ 560.200 mil oriundos de dividendos declarados na Ata da Reunião dos Sócios-Cotistas de 2 de maio de 2017.

c) Reservas de lucros

| | 2017 | 2016 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Reservas de lucros | 2.542.764 | 2.292.369 |
| - Reserva Legal (1)..... | 210.951 | 147.316 |
| - Reserva Estatutária (2)..... | 2.331.813 | 2.145.053 |

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da sociedade, pode ser destinado em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias até atingir 80% do capital social integralizado, o enquadramento é verificado na reunião de aprovação das demonstrações contábeis. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a Reunião de Sócios Cotistas deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos cotistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não sejam inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Conforme Ata de Reunião dos Sócios-Cotistas de 2 de maio de 2017, os dividendos do exercício de 2016, foram complementados em R\$ 560.200 mil. Demonstrativo dos dividendos relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro:

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|----------------|
| Lucro Líquido..... | 1.272.685 | 1.031.606 |
| (-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro..... | (63.635) | (51.580) |
| Base de cálculo | 1.209.050 | 980.026 |
| Dividendos propostos..... | 12.090 | 9.800 |
| Percentual em relação à base de cálculo | 1,0% | 1,0% |
| Valor em reais por lote de mil cotas..... | 4,04 | 6,67 |

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | 2017 | 2016 |
|--|------------------|------------------|
| Taxa de Administração de grupos de consórcios..... | 1.526.660 | 1.212.267 |
| Taxa de Permanência (1)..... | 210.149 | 148.508 |
| Total | 1.736.809 | 1.360.775 |

(1) Refere-se a taxa cobrada dos consorciados de grupos encerrados.

15) DESPESA DE PESSOAL

| | 2017 | 2016 |
|--|--------|--------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil | | |
| Proventos..... | 14.611 | 11.656 |
| Benefícios..... | 10.920 | 6.315 |
| Encargos Sociais..... | 4.813 | 5.760 |
| Participação dos empregados nos lucros..... | 2.031 | |

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS****25) OUTRAS INFORMAÇÕES**

a) Os consorciados mantêm seguros de vida e quebra de garantia, junto ao Grupo Bradesco Seguros e Previdência, cujos valores dos prêmios pagos encontram-se demonstrados em Prêmios de seguros e Seguros contratados - quebra de garantia.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco. O dinamismo dos mercados nos conduz a um constante aprimoramento desta atividade, na busca das melhores práticas. A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle.

A Bradesco Consórcios como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu vários pronunciamentos contábeis, bem como suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Até 31 de dezembro de 2017, os pronunciamentos contábeis, aprovados pelo CMN e adotados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 - R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1); e
 - Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 - R1).
- Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, tampouco se, a adoção dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

d) Em julho de 2017, a Organização Bradesco lançou um Plano de Desligamento Voluntário Especial (PDVE), ao qual puderam aderir os funcionários da Organização Bradesco que preencheram os requisitos estabelecidos no regulamento do respectivo plano.

e) Não houve eventos subsequentes que, requeiram ajustes ou divulgações, nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

DIRETORIA**Diretor-Presidente**

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretores Vice-Presidentes

Domingos Figueiredo de Abreu
Alexandre da Silva Glüher
Josué Augusto Pancini
Maurício Machado de Minas
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Octavio de Lazari Junior

Diretor Gerente

Eurico Ramos Fabri

Diretor Geral

José Sergio Bordin

Cláudia Teixeira de Souza – Contadora – CRC 1SP177829/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Cotistas e aos Administradores da

Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, demonstrações consolidadas dos recursos e das variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Administradora de Consórcios em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada dos grupos de consórcios em 31 de dezembro de 2017 e as variações consolidadas nas disponibilidades dos grupos de consórcios para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a

não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
 - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
 - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
 - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 13 de março de 2018



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3